

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

## CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E EXPERIÊNCIAS POPULARES DE RESISTÊNCIA<sup>1</sup>

Adriana Amaral Ferreira<sup>2</sup>

### Introdução

A crise estrutural do capital produziu para uma grande massa de homens e mulheres uma distinção forçada entre “trabalho e vida”. A “tendência inata do capitalismo a reduzir todas as relações humanas às definições econômicas”<sup>3</sup> está firmada na produção de todo um modo de vida que, por algum tempo, representou para a maior parte dos seres humanos condições reais de reprodução social. É esta a base da formação do “homem econômico”, cuja subjetividade, inteiramente voltada para o trabalho, lhe garantiu as necessárias condições de reprodução social. Isto tornou possível que, no momento histórico de desenvolvimento expansivo do modo de produção capitalista, “o homem *econômico* revolucionário [fosse] oferecido como antítese do homem *econômico* explorado”<sup>4</sup>. Mas, quando o modo de produção capitalista esgota sua capacidade expansiva e adentra num processo de autodestruição, o “homem econômico” perde “as firmes bases materiais” sobre as quais poderia ter produzido “um antagonismo econômico direto – resistência à exploração, seja como produtor, seja como consumidor”.<sup>5</sup> O fato é que o capitalismo, objetivamente, já não pode mais “reduzir todas as

---

<sup>1</sup> Ensaio produzido a partir da pesquisa de doutorado concluída em junho de 2013, pelo programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, orientada pelo Prof. Pós-Dr. Marildo Menegat. Cf. FERREIRA, A. A. *Ensaio das formas de resistência na história: crítica do capital e práxis emancipatória*. 2013. 205f. Doutorado (Tese). Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro. As reflexões apresentadas neste ensaio também resultam de reflexões iniciais produzidas na participação dos grupos de estudo realizados no NET, Núcleo de Estudos do Trabalho, entre 2010 e 2012.

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da UFES.

<sup>3</sup> Cf. THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses. In: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (orgs.) *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 3ª reimpr. São Paulo: UNICAMP, 2010. p. 167.

<sup>4</sup> Idem, p. 165.

<sup>5</sup> Idem, p. 168.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

relações humanas às definições econômicas”. Isto significa, para uma massa cada vez mais extensa de seres humanos, a impossibilidade real de terem suas condições de existência produzidas por esta forma social regulada pela lei do valor.

## **Experiências populares de resistência à barbárie no Brasil contemporâneo**

Os movimentos sociais que fizeram parte do processo de formação da classe trabalhadora no Brasil, combinando “a criação de instrumentos de luta econômica, como sindicatos, associações profissionais, etc., com instrumentos de ação política”<sup>6</sup>, conceberam o público no âmbito institucional das ações do Estado, de modo que a perspectiva de transformação social ficou atrelada à luta por direitos e pelo alargamento dos espaços institucionais de participação cidadã. Isto se evidencia no período em que a luta proletária esteve vinculada ao “programa nacional-popular desenvolvimentista” elaborado pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro), que representou uma perspectiva de transformação da sociedade brasileira firmada na conciliação possível com o governo democrático do pré-64, cujo pano de fundo era o período expansivo do capitalismo mundial. A derrota política da esquerda depois do golpe civil-militar de 1964 significou a interrupção do processo que deu visibilidade ao potencial transformador das lutas da classe trabalhadora brasileira, o que foi retomado aos poucos no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, com a fundação do PT (Partido dos Trabalhadores)<sup>7</sup> que buscou se distinguir criticamente do PCB, significando “uma ampla e nova possibilidade de construção de um partido revolucionário no Brasil”, mas que durou até a derrota nas eleições presidenciais de 1989, quando o PT “entrou num processo defensivo de resistência em que a sua base social foi desconstruída”<sup>8</sup>. A nova derrota da esquerda brasileira evidenciou que as possibilidades reais de transformação

---

<sup>6</sup> Sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil e as derrotas da esquerda social, ver MENEGAT, M. Sem lenço nem aceno de adeus. Formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão?. *Praia Vermelha*, n. 18. Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 2008.

<sup>7</sup> Conforme Lincoln Secco, em seu livro *História do PT*, os seis principais grupos que formavam o PT no período em que o regime civil-militar dava sinais de esgotamento eram: “o Novo Sindicalismo, forjado nas greves do ABC; os movimentos sociais organizados junto à Igreja Católica; políticos já estabelecidos no MDB que viriam a aderir à legenda; intelectuais de esquerda; organizações trotskistas diversas; e, por fim, militantes oriundos da luta armada contra a ditadura”. (Cf. SECCO, L. *História do PT 1978-2010*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011; Cf. *Jornal Brasil de Fato*, de 15 a 21 de setembro de 2011. p. 8).

<sup>8</sup> Cf. MENEGAT, M. *Op cit.* p. 13.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

estrutural do país pela via das políticas desenvolvidas no âmbito do Estado foram diluídas com o fim do período de expansão econômica do capitalismo mundial e a crise estrutural do capital, o que altera fundamentalmente o caráter do PT e das lutas da classe trabalhadora brasileira de modo geral, cuja radicalidade, em outro momento da história, adveio da possibilidade objetiva de realização de reformas sociais que, durante o processo de expansão econômica, podiam encontrar viabilidade para serem ampliadas até a alteração profunda da estrutura social de classes.

Na realidade, a classe trabalhadora constituída na periferia do capitalismo sempre sofreu os drásticos efeitos do desenvolvimento social tardio. No Brasil, isto se expressa de forma emblemática no conjunto de direitos de cidadania reunidos na Constituição Federal de 1988 – que ampliou as funções do Estado no campo das políticas de seguridade social, além de prever a abertura das instituições para a participação regulada da população em instâncias de controle do uso dos recursos públicos – que chegaram para a classe trabalhadora brasileira tardiamente, quando a crise estrutural do capital já estava instalada nos países de economia central e a viabilidade histórica do Estado de bem-estar social já havia se diluído com o fim do período expansivo do modo de produção capitalista. As regras da economia global, sobretudo a partir de 1989 – explicitamente adotadas nos governos Collor, Itamar e FHC – passaram a orientar o corte do financiamento das funções sociais do Estado, de modo que as (contra) reformas sociais atingiram em primeiro plano a massa dos desempregados, pois também não poderiam buscar a produção de condições de sobrevivência social pela via pública estatal. A reversão desta condição do Estado – por ser uma situação dada pela crise estrutural, não podendo ser alterada por nenhum tipo de saída política – não é mais possível, o que não requer apenas uma crítica às prioridades que definem o gasto do dinheiro público, mas uma crítica ao próprio Estado enquanto parte constitutiva de uma unidade com o mercado.

Diante desta objetividade histórica, quando o PT venceu as eleições presidenciais em 2002, depois de ter sido transformado “numa máquina eleitoral distante da organização social das massas”<sup>9</sup>, evidenciou sua acomodação às vias de reconciliação entre as classes, a partir de um programa que tenta remontar um desenvolvimentismo impossível numa época em que o

---

<sup>9</sup> Cf. MENEGAT, M. *Op cit.* p. 13.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

capitalismo mundial só pode encontrar formas destrutivas de reprodução. Para Menegat, tudo isso compõe o “relicário da falsidade de consciência que caracteriza a ideologia em tempos de barbárie”, refletindo o maior dos paradoxos, o fato de que a esquerda política “ficou cega justamente quando o capitalismo deixou de ser civilizatório”.<sup>10</sup> Isto ficou expresso de modo inequívoco nos oito anos do governo Lula (2003-2010), com continuidade no atual governo Dilma (2011...), ambos no máximo desenvolveram mecanismos de controle social dos efeitos mais nefastos da crise.<sup>11</sup> Neste período, a assistência social brasileira – que sempre foi uma política voltada para atenuar a barbárie enquanto esta se mantinha como um cenário marginal produzido pela sociedade capitalista em expansão – experimentou a maior expansão de sua história, o que se evidencia na marca, atingida em 2013, de 13,6 milhões de famílias atendidas pelo programa de transferência de renda Bolsa Família – um tipo de integração precária dos excluídos da produção do valor nos circuitos do consumo improdutivo, em que o objetivo final é sempre o retorno do dinheiro à esfera da circulação. Note-se, enquanto sintoma do aprofundamento da barbárie, o crescente investimento do Estado na assistência com o fim óbvio de absorver política e economicamente a massa sobrança, o que vem mostrando sua relativa eficácia na gestão do desemprego e da pobreza. O processo de absorção social e política dos subalternos fica evidente com a eficiência administrativa do governo petista para a reconciliação dos antagonismos sociais, além da cooptação de tradicionais movimentos de oposição – perigo que anda rondando até mesmo o MST –, o que deve ser realçado pelo fato de que estamos numa época em que a crise estrutural do capital tende a fragilizar os mecanismos democráticos de domínio das massas.

---

<sup>10</sup> Idem, p. 14.

<sup>11</sup> “[...] entre 1985 e 2008, a indústria brasileira reduziu em 17% sua participação no PIB (de 33% para 16%). Entre 2004 e 2010, o percentual da indústria na pauta exportadora caiu de 19,4% para 15,6%: a relação manufaturas/exportações totais, que atingiu 60% da década de 1980, hoje se situa em 40%. O *superávit* comercial de US\$24 bilhões na área de produtos industriais, em 2004, se transformou, em 2010, em um *déficit* de US\$36 bilhões. Cerca de 60% das empresas brasileiras estão nas mãos de estrangeiros. As remessas de lucros ao exterior superam os US\$ 34 bilhões (74% correspondem a empresas estrangeiras que fizeram investimentos diretos). Neste quadro de destruição da economia real, há uma limitação objetiva à capacidade de manter a taxa de remuneração do capital nas estratosferas. [...] Segundo um estudo da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, em outubro de 2011, 64% das famílias que vivem nas 27 capitais estavam endividadadas (88% em Curitiba e 86% em Florianópolis). No último ano, o valor médio da dívida familiar aumentou quase 18%: de R\$ 1.298 para R\$1.527 mensais. O total da dívida das pessoas físicas chegou a R\$653 bilhões (em dezembro de 2009, era de R\$485 bilhões).” (Cf. Artigo de José Arbex, “*O Brasil faz parte do mundo*”, Revista *Caros Amigos*, novembro de 2011, p. 9).

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

A tendência conciliatória é uma das características da realidade brasileira que se produziu nas bases da formação social do país, desde a Independência, efetivada por negociação, uma demonstração inequívoca das perspectivas conciliatórias que sempre marcaram a política no Brasil, provando a histórica capacidade nacional de acomodação das contradições sociais.<sup>12</sup> Por outro lado, a desradicalização do PT é expressão da desradicalização da luta da própria classe trabalhadora, de modo que não há uma “falsa consciência” do partido em relação aos reais e atuais interesses da classe trabalhadora brasileira, que se transformaram profundamente com a crise estrutural do capital. O fato de que as experiências sociais que outrora eram diretamente vivenciadas pelos indivíduos na condição de classe rentável para o capital passaram a ser restritas a uma minoria, que mantém o privilégio de continuar encontrando condições de reprodução social no interior da estrutura capitalista em ruínas, alterou fundamentalmente o sentido político do movimento operário brasileiro.<sup>13</sup>

Nesse mesmo cenário histórico, por outro lado, o MST tem representado uma forma de luta que reúne o novo e o velho. É exatamente o que ele traz de novo que o tem feito o movimento que melhor tem subsistido à repressão, à criminalização e à assistência social. A reforma agrária, depois de 1964, diluiu-se em ações que ocuparam um lugar marginal nas políticas de governo, dado que a crise estrutural tornou inviável o aprofundamento das políticas de redistribuição da riqueza social, prevalecendo em seu lugar as medidas agressivas de modernização do campo que beneficiaram a ampliação do agronegócio, aprofundando a subordinação econômica do país ao capital internacional. Isto está diretamente relacionado ao fato de que a repressão aos movimentos do campo não cessaram com o fim da ditadura civil-

---

<sup>12</sup> Cf. SECCO, L. *Op cit.*

<sup>13</sup> “Entre 7.000 e 30 mil metalúrgicos, dependendo da fonte responsável pela estimativa, fecharam a pista local da Rodovia Anchieta na sexta-feira, dia 8 de julho, no ABC paulista. Quem olhasse de longe certamente imaginaria que aquela fosse uma passeata de trabalhadores para reivindicar aumentos de salários. Não era, diria um observador pouco atento, ao se aproximar da passeata. Nas faixas que os manifestantes carregavam, produzidas pelos sindicatos os metalúrgicos do ABC e de Mogi das Cruzes, um da CUT e outro da Força Sindical, a maioria dos protestos era contra a importação desenfreada e a armadilha da desindustrialização. Na fala das lideranças, apareceram frases sobre o risco da crescente valorização do real em relação ao dólar, a elevada carga tributária e a deficiência da infraestrutura, fatores que corroem a competitividade da indústria brasileira. No fundo, ao protestar contra a valorização do real, os impostos elevados e a falta de infraestrutura, eles estavam brigando mais uma vez por empregos e salários. E tocando no ponto mais sensível do atual momento da economia brasileira. *Nessa briga, como em muitas outras, trabalhadores e empresários estão no mesmo lado. [...]*” (grifos meus). (Cf. *Jornal A Tribuna*, 19 de julho de 2011. p. 34).

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

militar, de modo que as prisões, torturas e mortes, enquanto forma de controle social do Estado sobre a massa humana não mais rentável, são vivenciadas, sobretudo, pelas cerca de 150 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra acampadas em diversos pontos do território nacional. Talvez o tipo de organização política do MST, que tem sua base na luta territorial, possa explicar porque tantas famílias sem terra resistem à repressão. A luta pela terra os mantém unidos não apenas pela necessidade da conquista do espaço geográfico, mas também pelas práticas coletivas em torno da agricultura camponesa, que vão reconstruindo a relação do homem com a natureza e os laços humanos de solidariedade destruídos pela forma social de vida moderna, o que produz entre eles um tipo próprio de vinculação cultural orgânica com o movimento.

Porém, na medida em que vão abrindo mão de sua autonomia prática em troca de um tipo marginal de inclusão nas relações, instituições e práticas burguesas – que precariamente ainda sustentam a estrutura do capital em crise –, buscando no Estado formas de gestão de suas próprias contradições sociais, vão produzindo um regresso à lógica do capital.

## **Os limites estruturais do Estado e a necessidade de reconstrução do sentido público da vida social**

Não tendo mais o trabalho como atividade humana capaz de suprir condições mínimas de sobrevivência imediata, a “massa humana não mais rentável” torna-se cada vez mais dependente das políticas sociais públicas, num momento em que o Estado, enquanto parte constitutiva da condição de crise estrutural do capital, restringe suas funções sociais diante da impossibilidade de financiamento. A ampliação das demandas sociais que requerem intervenção política por parte do Estado é um dos resultados incontornáveis deste processo. Mas, ao lado da ampla requisição social do Estado está o fato de que suas atribuições na atividade de administrar os “custos sistêmicos da economia de mercado” foram ampliadas muito acima dos recursos disponíveis para seu financiamento, o que se tornou uma condição estrutural e irreversível.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Cf. KURZ, R. A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política. In. KURZ, R. *Os últimos combates*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 109.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

O financiamento do Estado depende de que o trabalho abstrato seja transformado em dinheiro nas relações de mercado, de modo que “quanto mais fraca se tornar a acumulação real, tanto menos o crédito estatal será financiável”<sup>15</sup>. Neste processo sistêmico, a alternativa de financiamento existente para o Estado é o endividamento, que há muito tempo já excedeu os limites internos da economia nacional. A dívida é contraída para que o Estado tenha mínimas condições de se manter ativo no cumprimento de suas funções estruturais. Entretanto, pelo fato de que o Estado gasta seus recursos com a realização de atividades necessárias ao funcionamento das relações sistêmicas da economia de mercado, e não no processo de valorização do valor, o ciclo da dívida não tem fim e produz uma bolha gigante impagável, de modo que o Estado, além de não mais poder ampliar suas funções sociais, deve restringir progressivamente aquelas que ainda são realizáveis.

[...] a poupança na sociedade é concentrada no sistema bancário como capital monetário, para ser emprestada a juros ao capital produtivo. [...] Mas, se o dinheiro emprestado for utilizado para o consumo no lugar da utilização produtiva e se a utilização produtiva não for bem sucedida, então ele não cumprirá o seu fim, e o crédito tornar-se-á, mais cedo ou mais tarde, “podre”. Quando isso acontece em grande escala, estamos diante de uma crise comercial creditícia e, finalmente, diante de uma crise do sistema bancário. [...] Ocorre que o crédito do Estado é gasto, na maior parte, não para fins de utilização produtiva, mas justamente para as múltiplas atividades de consumo do Estado, que não são um luxo, mas uma necessidade sistêmica (sem que sejam produtivas no sentido da valorização). Assim, o crédito do Estado desemboca economicamente no mesmo desastre, que leva, na área comercial, aos créditos “podres”, pois o capital monetário foi utilizado efetivamente para o consumo e não com vistas à produtividade do capital. (KURZ, 1997, p. 105).

Os atuais limites do Estado estão imediatamente relacionados com o limite do processo de valorização do valor, que é o resultado histórico da eliminação em larga escala do trabalho vivo da produção, de um modo em que o aumento da produtividade, a partir da “racionalização eliminadora” de trabalho supera a expansão dos mercados”<sup>16</sup>, assim como sintetiza Kurz. Além desta condição histórica incontornável imediatamente dada pelo limite

---

<sup>15</sup> Idem, p. 113.

<sup>16</sup> Cf. KURZ, R. *Op cit.* p. 113.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

do processo social de reprodução das relações estruturantes do capital, há o fato de que não há dissociabilidade entre Estado e mercado, pois na medida em que o Estado é irremediavelmente dependente dos recursos financeiros produzidos no mercado, deve manter o funcionamento das atividades que são rentáveis ao mercado e que, portanto, garantem as bases de seu próprio financiamento. Por outro lado, quando os custos das atividades desenvolvidas pelo Estado na manutenção das condições gerais de acumulação apresentam um crescimento maior do que a riqueza real produzida no mercado, então a carga produzida pela tributação que cobre as finanças públicas corre o risco de inviabilizar a realização das atividades rentáveis do mercado.

O mercado e o Estado, o dinheiro e o poder, a economia e a política, o capitalismo e o socialismo não são, na verdade, alternativas, mas constituem os dois polos de um mesmo “campo” histórico da modernidade. O mesmo vale para o capital e o trabalho. Não importa quão inimigos sejam os dois polos, eles não poderão, por sua natureza, existir exclusivamente para si enquanto existir o “campo” histórico, que os constitui na sua oposição. Esse “campo”, considerado na sua totalidade, é o moderno sistema produtor de mercadorias, a forma da mercadoria totalizada, a transformação incessante do trabalho abstrato em dinheiro e, com isso, na forma de um processo, a “valorização” ou a economização abstrata do mundo. (KURZ, 1997, p. 93).

A política não pode, portanto, “modificar qualquer aspecto da falta de autonomia do Estado diante do dinheiro”.<sup>17</sup> As políticas anticíclicas eram operacionalizadas na administração das crises periódicas do capital, quando o sistema ainda possuía uma margem de expansão econômica. Ainda assim, as políticas bem sucedidas são o resultado do crescimento do processo de valorização do valor e não o inverso. Por isso, quando a expansão deste modo de produção chega ao fim, não há possibilidades reais de reformas que possam ser realizadas a partir de intervenções políticas porque as contradições do sistema atingiram seu desenvolvimento absoluto, esgotando as margens de transposição destas contradições. No máximo, as políticas poderão adiar e administrar seus efeitos mais nefastos. Nas palavras de Kurz, “a política somente tem acesso regulador às formas de transcurso, mas não às cegas leis básicas da produção capitalista de mercadorias.”<sup>18</sup> Isto pode explicar o porquê as experiências

---

<sup>17</sup> Idem, p. 108.

<sup>18</sup> Cf. KURZ, R. *Op cit.* p. 114.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

do “socialismo real” resultaram na “revitalização do capital” e na “autoparalisia de sua alternativa histórica”. Pois, de acordo com Mészáros, “os obstáculos mais intransponíveis não foram erigidos pelas personificações do capital, mas pelos imperativos do próprio sistema do capital que, conforme a mudança das condições históricas, produzem e reproduzem os diferentes tipos de personificações necessárias ao capital.”<sup>19</sup>

Enquanto o capital não havia desenvolvido “sua via própria de reprodução”<sup>20</sup>, o Estado pôde ser uma instância que preservava uma relativa autonomia, na qual as lutas sociais modernas buscaram sua inserção, a fim de ampliar a participação social nos processos decisórios de administração do fundo público, tendo em vista a expansão dos direitos e das políticas distributivas. Neste período histórico, a perspectiva de transformação social esteve enraizada na luta para se conquistar o bem-estar social, entretanto, a desradicalização deste movimento foi produzida no processo em que o capitalismo desenvolvido demonstrou grande capacidade de assimilar suas pressões, enquanto o próprio sentido de bem-estar social foi alterado em sua forma e substância. Pois, quando o desenvolvimento do sistema capitalista resultou na produção de mínimas condições de existência social aos trabalhadores assalariados, suas lutas voltaram-se para que fossem transformados em “sujeitos burgueses em sua acepção plena – sob o ponto de vista monetário, jurídico e estatal”<sup>21</sup>. Este foi o campo de ação da socialdemocracia que, conforme Mészáros, “quis reformar o capitalismo aceitando acriticamente seus limites estruturais”, agindo cegamente na direção de “permanecer prisioneira das amarras estruturais alienantes do capital em si”.<sup>22</sup> Isto pôde ser observado por Marx ainda no século XIX, quando, em 1875, escreveu que o *Programa de Gotha* estava “todo infestado até a medula da fé servil da seita lassalliana no Estado; ou – o que não é muito melhor – da superstição democrática”, pois apresentava reivindicações políticas que não iam além “da velha e surrada ladainha democrática: sufrágio universal, legislação direta, direito do povo, milícia popular, etc. [...] Não passam de reivindicações que, quando não são exageros fantasiosos da imaginação, já estão realizadas.”<sup>23</sup> O fato é que a política e o público, antes

---

<sup>19</sup> Cf. MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. 3ª reimpress. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 896.

<sup>20</sup> Cf. KURZ, R. A intelligentsia depois da luta de classes. In. KURZ, R. *Os últimos combates*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 23.

<sup>21</sup> Cf. KURZ, R. *Op cit*, p. 114.

<sup>22</sup> Cf. MÉSZÁROS, I. *Op cit*. p. 897.

<sup>23</sup> Cf. MARX, K. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 43. Grifos do autor.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

constituído no âmbito do território comunitário, entre os homens em suas relações e práticas conjuntas, foram reduzidos ao âmbito abstrato do Estado e das modernas instituições sociais, o que expressou “a separação do homem de sua *comunidade*, de si mesmo e dos outros homens, daquilo que foi *em suas origens*”. É neste sentido que, em 1843, Marx escreve, para tratar da questão judaica, “a *constituição do Estado* político e a dissolução da sociedade burguesa nos *indivíduos* independentes – cuja relação se baseia no *direito* [...] – se processa *num só e mesmo ato*.”<sup>24</sup>

Na medida em que as condições de reprodução social passaram a ser determinadas pelo sistema produtor de mercadorias, o Estado precisou expandir suas funções sociais que “não têm outra finalidade senão fomentar o sistema de mercado da produção de mercadorias no seu território e mantê-lo em funcionamento.”<sup>25</sup> Este processo eliminou progressivamente os traços de pré-modernidade ainda resistentes no conjunto da vida social, estruturando entre Estado e mercado o que Kurz chamou de “forma referencial conjunta do moderno sistema produtor de mercadorias”<sup>26</sup>. O terreno histórico de constituição do capital foi se formando no processo de dissolução da vida comunitária, organizada por laços de solidariedade firmados na experiência social. As novas condições históricas propiciaram a formação do indivíduo abstrato, cuja experiência social, moldada pela vida privada, perdeu “a força vinculativa das formas de relações tradicionais, pré-modernas”.<sup>27</sup> Os vínculos sociais agora eram produzidos a partir das relações de compra e venda da força de trabalho, não nasciam mais do território comunitário, mas do chão da fábrica e da esfera política abstrata do sistema estatal.

A modernização não dissolveu apenas os vínculos tradicionais, mas igualmente os contratos sociais e os contratos entre as gerações, que esses vínculos envolviam. O lugar de sistemas sociais locais, pessoais, familiares e naturais de educação dos filhos, de amparo dos doentes e

---

<sup>24</sup> Ao falar da constituição do Estado político, cuja base é o indivíduo abstrato, Marx faz referência ao *Contrato Social* de Rousseau, de onde extrai a passagem que considera ser a descrição correta da abstração do homem político: “Aquele que se propõe a tarefa de instituir um povo deve sentir-se capaz de *transformar*, por assim dizer, a *natureza humana*, de *transformar* cada indivíduo, que é por si mesmo um todo perfeito, solitário, em parte de um todo maior, do qual o indivíduo receba até certo ponto sua vida e seu ser, de substituir a existência física e independente por uma *existência parcial e moral*. Deve despojar o homem de suas próprias forças, a fim de lhe entregar outras que lhe são estranhas e das que só possa fazer uso com a ajuda de outros homens.” (Cf. MARX, K. *A questão judaica*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969. p. 51. Grifos do autor.)

<sup>25</sup> Cf. KURZ, R. A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política. In. KURZ, R. *Os últimos combates*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 104.

<sup>26</sup> Cf. KURZ, R. *Op cit.* p. 109.

<sup>27</sup> *Idem.* p. 97.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

das pessoas necessitadas de cuidados especiais, bem como de garantia do sustento na velhice, precisou ser ocupado cada vez mais por sistemas sociais nacionais, impessoais públicos, que tinham a forma da mercadoria e do dinheiro. Não o mercado, mas tão-somente o Estado, podia assumir essa tarefa, pois a economia de mercado, enquanto tal, não tem nenhuma sensibilidade e nenhum órgão para as etapas da vida humana, que são expulsas para fora do processo incessante de transformação do trabalho em dinheiro, ou que não podem, por sua própria natureza, coincidir com este processo. (KURZ, 1997, p. 97).

No entanto, a relação monetária abstrata conserva sua força objetiva integradora até o ponto em que a estrutura do capital manifesta-se capaz de produzir as condições de reprodução social, ainda que em condições desiguais, para a maior parte dos seres humanos. Quando “as formas de superfície ou formas fenomênicas do fetichismo moderno simplesmente já não são capazes de integrar a imensa maioria da humanidade”<sup>28</sup>, o resultado histórico imediato é que a massa humana sobrando, que já não encontra condições objetivas de sobrevivência nesta estrutura social, é remetida à barbárie. O limite absoluto da valorização do valor não só retira destas massas a possibilidade de venda da sua força de trabalho, como também o direito de esperar por uma solução política por parte do Estado, que objetivamente compõe a estrutura do capital em crise. Nestas circunstâncias, a subjetividade subserviente do homem que trabalha não pode mais garantir a vida, e agora as massas sobrando precisam encontrar uma saída imediata às contradições destrutivas da sociedade fetichista em dissolução.<sup>29</sup> Pode ser que, neste território, onde não há mais base material para a produção da vida imediata, seja produzida uma nova base material, expressa em experiências coletivas auto-organizadas, voltadas para a recriação do espaço público. Para tanto, a retomada das experiências de vida comunitária, diluídas enquanto resquícios de pré-modernidade, podem indicar o princípio de uma luta contra “a utilização abstrata, empresarial, do ser humano e da natureza”.<sup>30</sup> Isto “significa que é preciso mudar completamente a forma de reprodução social

---

<sup>28</sup> Cf. KURZ, R. A inteligência depois da luta de classes. In. KURZ, R. *Os últimos combates*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 31.

<sup>29</sup> Quando a objetividade social já não pode sustentar a reprodução da subjetividade reificada, pode ocorrer o que Moiche Postone chamou de “transformação qualitativa histórica da subjetividade”. (Cf. POSTONE, M. *Repensando a crítica de Marx ao capitalismo*. Disponível em: <[http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/outros/postone\\_01.htm](http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/outros/postone_01.htm)> Acesso em: 18 dez. 2011).

<sup>30</sup> Cf. KURZ, R. *Op cit.* p. 25.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

orientada para, e estritamente subordinada a, a realização de objetivos materiais preestabelecidos, tal como praticada por séculos”, o que requer “a emancipação progressiva dos indivíduos sociais dos constrangimentos estruturalmente impostos da divisão do trabalho e de sua lei do valor quantitativamente autoimposta”.<sup>31</sup>

Mas, este não é um caminho que se possa construir sem que se compreenda as bases históricas constitutivas da lei do valor, a fim de que as mediações materiais necessárias reapareçam à vista e não assumam “a forma de um postulado metodológico abstrato”. O modo como Lukács concebeu a lei do valor enquanto forma de regulação social foi criticada por Mészáros exatamente porque na elaboração entre a compreensão da vida social enquanto objetividade reificada e a afirmação da “certeza da vitória proletária” perdeu-se o terreno da história propício para a construção de mediações contrárias às expressões práticas da autoalienação humana. Em *História e consciência de classe*, Lukács, mesmo depois de ter identificado reificação e objetividade reitera que a “‘ação proletária consciente’ se desdobra, por definição, no reino da liberdade”. A concepção de que a base material é restrita a fatores puramente econômicos, sem considerar que o aspecto econômico, determinante de todo o conjunto das relações e práticas sociais, forma com este uma força unitária que constitui as condições gerais de reprodução social, faz com que “as mediações materiais necessárias desapareçam de vista ou assumam a forma de um postulado metodológico abstrato”. O modo de Lukács compreender o processo necessário à transformação social reflete a coerência lógica de seu pensamento que transformou a lei do valor em lei universalmente válida e permanente, característica de “todos os modos de produção, inclusive da fase mais elevada da sociedade comunista”.<sup>32</sup> A perda da historicidade em relação à lei do valor, coloca o idealismo sempre um passo à frente em relação ao desafio da transformação social.<sup>33</sup> Por

---

<sup>31</sup> Cf. MÉSZÁROS, I. *Op. cit.* p. 883-4.

<sup>32</sup> Cf. MÉSZÁROS, I. *Op. cit.* p. 866-868. Em *História e consciência de classe*, 1923, a mediação que supre a inexistência de uma base material emancipatória é a consciência de classe adjudicada pelo partido. Em *Ontologia do ser social*, 1969, a mediação que cumpre o papel deste nexos metafísico no pensamento de Lukács é a ética, presente na formação do homem como “ser humano genérico”. “Nesta perspectiva, Lukács postula que os indivíduos, em resposta aos desafios particulares que são chamados a enfrentar em suas vidas cotidianas, tomarão consciência das responsabilidades decorrentes do ‘seu pertencimento à espécie’ e as abraçarão positivamente. No entanto, ele não faz qualquer menção à forma pela qual essa radical mudança motivacional poderia ocorrer em relação ao ‘socialismo realmente existente.’” (Idem, p. 879).

<sup>33</sup> “O principal defeito de todo o materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto [*Gegenstand*], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto [*Objekt*] ou da contemplação, mas

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

outro lado, a interpretação da “lei do valor” que encontramos no último Lukács está relacionada ao fato de que, em seu tempo histórico, o modo de produção capitalista, em fase expansiva, podia produzir as condições de reprodução social para aqueles cuja vida foi assimilada pela lógica do trabalho.

Não obstante, quando o trabalho deixa de ser para uma ampla massa de seres humanos o lugar da produção das condições necessárias à vida, “a sociedade fetichista da abstração real é impelida à dissolução” e, então, a lei do valor em crise revela a sua historicidade. Podemos desenvolver a substância histórica de tais acontecimentos no campo da experiência social e isto permite resgatar a margem da ação humana em que reside o princípio prático orientador vital de estratégias que possam apontar para uma reestruturação radical da vida. O terreno da *atividade humana sensível* é o que de concreto ainda pode ser resgatado do conjunto das relações e práticas sociais reprodutoras de uma abstração cega e automática, em que por muito tempo o trabalho pôde servir de mediação social integradora entre o abstrato e o concreto.<sup>34</sup>

A alienação vivida nas experiências sociais que isolaram os indivíduos na esfera restrita da vida privada produziu o “entorpecimento dos sentimentos e dos sentidos”<sup>35</sup>, restringindo a capacidade cognitiva dos indivíduos à reprodução de um tipo de conhecimento intuitivo limitado à superficialidade de uma realidade nebulosa, regulada por leis estruturais que não se autoevidenciam aos sentidos. Por isso, a “*atividade produtiva humana*”, que na sociedade burguesa adquire um caráter firmado na lógica subserviente do trabalho, realiza “seu papel central na produção e reprodução do cotidiano e da vida prática”, de modo que, nas palavras de Menegat, a sua “intransparência” torna impossível a superação das “relações sociais configuradas sistemicamente como um ‘hieróglifo social’, fundadas numa ‘objetividade fantasmagórica’ cheia de ‘sutilezas metafísicas’ e ‘manchas teológicas’ etc.

---

não como *atividade humana sensível*, como *prática*; não subjetivamente. Daí o lado *ativo*, em oposição ao materialismo, [ter sido] abstratamente desenvolvido pelo idealismo – que, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível, como tal. [...]” (1ª Tese de Marx sobre Feuerbach. Cf. MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In. MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 533).

<sup>34</sup> “O trabalho mercantilizado e homogeneizado satisfaz a importantíssima condição de integrar (de um modo e em uma extensão que viabilize tal integração nos confins do sistema do capital) o momento *estranho* da *troca* com as exigências reprodutivas vitais do processo de *produção*.” (Cf. MÉSZÁROS, I. *Op. cit.* p. 627. Grifos do autor.).

<sup>35</sup> Sobre a crítica da política e o pensamento de Carlos Nelson Coutinho cf. MENEGAT, M. Sobre essa história que termina antes do fim: Carlos Nelson e o Brasil contemporâneo. 2012. In. BRAZ, M. (org.) *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

etc.”<sup>36</sup> Contudo, num contexto em que se diluem “as condições de existência desta atividade”<sup>37</sup>, a crítica social fica impossibilitada de “evocar qualquer ‘interesse’ imanente à forma-mercadoria”, podendo apenas “mobilizar o ‘interesse’ sensível contra a própria abstração real”<sup>38</sup>.

“[...] É preciso [...] forçar essas relações petrificadas a dançar, entoando a elas sua própria melodia! É preciso ensinar o povo a se aterrorizar diante de si mesmo, a fim de nele incutir coragem.” Estas são palavras de Marx que, em 1843, na *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*, fala do papel revolucionário da crítica que se mostra capaz de desmascarar as formas celestiais da “autoalienação humana”, elucidando o verdadeiro movimento das relações reais que não aparecem aos sentidos, para em seguida desmascará-las nas relações e práticas da vida real. Tal como sintetiza Menegat, “esta crítica não se dirige somente à objetividade das ‘leis naturais’ de uma sociedade alienada, mas inclui aquela subjetividade reificada pelas relações de troca.” Deste modo, a crítica cumpre o papel de libertar “os indivíduos para a ação”<sup>39</sup> voltada à “constituição consciente da sociedade”<sup>40</sup>.

A purificação dos sentimentos<sup>41</sup>, que realiza a liberação dos sentidos das formas apriorísticas transcendentais da experiência determinada pela ‘*estrutura, de força exterior que esmaga o homem*’, liberta os indivíduos para a ação. Ela desinibe os impulsos para relações sociais diretas, não mediadas por coisas, mobilizando os sentimentos para este tipo de sociabilidade solidária que é a humanidade social. Por isso, ela requer a disposição das capacidades humanas, que durante milênios estiveram submetidas a formas de dominação, para que o desenvolvimento destas, uma vez liberadas das travas que as limitavam, possam se dar numa direção criadora de um modo de vida

---

<sup>36</sup> Cf. MENEGAT, M. O giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto. *Revista EPOS*. UERJ: Rio de Janeiro, v. 2, n.1, janeiro-junho de 2011. p. 25. Disponível em: <<http://revistaepos.org/?p=356>>. Acesso em: 26 maio 2011. p. 2.

<sup>37</sup> Idem, p. 2.

<sup>38</sup> Cf. KURZ, R. *Op cit.* p. 33.

<sup>39</sup> Cf. MENEGAT, M. Sobre essa história que termina antes do fim: Carlos Nelson e o Brasil contemporâneo. 2012. In. BRAZ, M. (org.) *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

<sup>40</sup> Cf. KURZ, R. Idem.

<sup>41</sup> Menegat se refere aqui a um determinado uso do **conceito de catarse** feito por Gramsci e por Carlos Nelson Coutinho, de que trata em “*Sobre essa história que termina antes do fim: Carlos Nelson e o Brasil contemporâneo*” (Cf. *Op cit.* p. 7-10). Este tema também é desenvolvido pelo autor em *Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie*. (Cf. MENEGAT, M. *Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2003. pp. 115 e ss.)

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

social totalmente novo. O passado incrustado nos hábitos e costumes, como uma segunda natureza aderida aos músculos e nervos, ou nas membranas veladas sobrepostas ao olhar, que a tudo responde pelo imperativo do valor, precisa ser processado na experiência vital dos indivíduos, sacudido como parte da demolição das relações sociais sob domínio do capital. E isto deve se realizar no processo de crítica enquanto práxis emancipatória. (MENEGAT, 2012, p. 10).

Portanto, para que a *atividade humana sensível* seja liberada da estrutura repressiva em que por muito tempo esteve confinada é preciso “tanto [os] melhores mirantes para ver o curso da história, como [a] capacidade prática de bloquear a ofensiva total da ideologia dominante contra as ruínas da razão objetiva”<sup>42</sup>. Essas reflexões de Menegat recuperam o sentido histórico da capacidade humana de começar por iniciativa própria algo novo, o que não estava no horizonte historicamente previsível quando Walter Benjamin constatou que “não se deve imaginar que os homens aspirem a novas experiências”, pois, esgotados de uma vida sem sentido, aspiram a “libertar-se de toda experiência”<sup>43</sup>. Não obstante, no tempo presente, as condições históricas produzidas pelo capitalismo em ruínas podem fazer renascer nos homens a capacidade de realização de feitos memoráveis, sobretudo junto àqueles que, forçados a retirar do território social em comum a produção da sobrevivência imediata, produzem um tipo autoconsciente de experiência coletiva com perspectivas emancipatórias. A construção das condições de existência desta forma da “*atividade produtiva humana*” pode significar a edificação de novas bases históricas, com perspectivas de se constituírem enquanto terreno de um novo tipo de formação social e humana, “quando mais uma vez as gerações sucessivas aprendessem umas com as outras; quando as satisfações materiais permanecessem estáveis [...] e só as satisfações culturais se ampliassem”<sup>44</sup>.

---

<sup>42</sup> Cf. MENEGAT, M. *Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2003. p. 208.

<sup>43</sup> Cf. BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. In. BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 118. Este ensaio, já referenciado no 1º capítulo deste trabalho, fala do declínio das experiências coletivas espontâneas, que guardavam uma memória e uma linguagem comuns, próprias das formas de vida social comunitária destruída pela sociedade moderna.

<sup>44</sup> Isto significa, para Thompson, a possibilidade da redescoberta de experiências de vida social em comum, que sejam capazes de indicar o princípio reinventado da formação de “um novo tipo de ‘consciência costumeira’”. “Nunca retornaremos à natureza humana pré-capitalista, mas lembrar como eram seus códigos, expectativas e necessidades alternativas pode renovar nossa percepção da gama de possibilidades implícita no ser humano. Isso não poderia até nos preparar para uma época em que se dissolvessem as necessidades e expectativas do capitalismo e do comunismo estatal, permitindo que a natureza humana fosse reconstruída sob uma nova

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

Hannah Arendt, em *A condição humana* (1958), fala de um tipo de ação que se perdeu com a modernidade, referindo-se aos homens que, em sua *vida activa*, agiam enquanto homens e não enquanto membros de uma sociedade. Fala do quanto a modernidade eliminou da esfera pública “aquele sentido através do qual todos os outros, com as suas sensações estritamente privadas, se ajustavam ao mundo comum, tal como a visão ajustava o homem ao mundo visível”, de modo que, “com o desaparecimento do mundo tal como dado aos sentidos, desaparece também o mundo transcendental”.<sup>45</sup> A referência à obra de Hannah Arendt, quando se analisa o contexto de dissolução da modernidade, tem o sentido de afirmar a necessidade de se reconstruir o público enquanto território de ação em conjunto, onde é possível produzir um tipo de auto-organização comunitária “que resulta do agir e falar em conjunto, e o seu verdadeiro espaço situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importa onde estejam”. Este espaço público reconstituído é o “espaço da aparência, no mais amplo sentido da palavra, ou seja, o espaço no qual eu apareço aos outros e os outros a mim; onde os homens assumem uma aparência explícita, ao invés de se contentar em existir meramente como coisas vivas ou inanimadas.”<sup>46</sup> Este tipo de movimento no contexto em que o sujeito automático desmorona pode ser tomado como uma possibilidade real, sobretudo para aquela massa de seres humanos que precisam construir uma nova forma de produzir condições de sobrevivência, o que pode representar a produção de “momentos efetivos do movimento de supressão do valor”<sup>47</sup>. Trata-se de recuperar as instâncias de cooperação e reprodução social da vida que na modernidade passaram às mãos do mercado e do Estado.<sup>48</sup> Mas, para tanto, é fundamental continuar retirando do Estado o que ainda é possível em termos de recursos públicos necessários à sustentação da capacidade auto-

---

forma?” (Cf. THOMPSON, E. P. Introdução: costume e cultura. In. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 23-24).

<sup>45</sup> Cf. ARENDT, H. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 296; 301.

<sup>46</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. cit.* p. 211.

<sup>47</sup> “Os germes desse movimento já estão presentes praticamente na sociedade enquanto crítica feminista, social e ecológica. Essas formas de crítica prática não são mais um ontológico ‘em si’ ‘para si’ do trabalho, mas momentos efetivos do movimento de supressão do valor.” Cf. KURZ, R. A intelligentsia depois da luta de classes. In. KURZ, R. *Os últimos combates*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 33.

<sup>48</sup> “A luta por dinheiro, salário, assistência social, etc. é, portanto, um modelo histórico em fim de linha, que terá de ser incorporado como tal. Não é mais algo isolado, deve antes ser entendido como um momento tático e de apoio para um objetivo e um programa totalmente diversos, ou seja, para uma reprodução alheia à forma-mercadoria, para além do mercado e do Estado.” Cf. KURZ, R. *Os últimos combates*. In. KURZ, R. *Os últimos combates*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 340-1.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

organizativa dos setores populares, mas que isto se dê não na direção de um tipo precário de inclusão social, e sim na direção imediatamente oposta, de fortalecimento da autonomia do sentido popular destas lutas, para que aprofundem sua radicalidade na construção de uma práxis emancipatória. Nas palavras de Kurz,

Portanto teríamos de pensar em um modo de auto-organização que pudesse se sustentar e experimentasse novas formas de vida e autorreprodução, sem cair em utopias ou em posições sectárias. Em como, neste contexto, poderiam ser desenvolvidas novas reivindicações e também novos lemas de luta, pois tudo isso evidentemente não virá sem conflitos. Isto também é uma questão de recursos; não se trata de chegar ao nível da pobreza e da autoexploração. Se o sistema da economia de mercado, enquanto sistema mundial, não é mais capaz de utilizar uma grande parte dos recursos, se por falta de rentabilidade cada vez mais setores das forças produtivas são paralisados e a respectiva população é excluída, então põe-se claramente a questão: esses recursos podem ser mobilizados de um outro modo ou tem de ficar parados? Isto começa com a questão da terra e do solo, as palavras de ordem para ocupação de terras e ocupação de casas não são desconhecidas e já tiveram um papel no passado. E como já dito, talvez todas essas tentativas e formulações poderiam ganhar um novo significado neste novo contexto nunca antes existente da barreira absoluta do moderno sistema produtor de mercadorias, sem serem absorvidas tão facilmente por um novo impulso de acumulação capitalista como no passado. E isso é algo que não pode mais ser concluído a partir da teoria, esta é uma questão para todos aqueles que lidam com isso praticamente.<sup>49</sup>

Para aquela massa de mulheres e homens não mais rentáveis para o capital, a sua existência precisa ser reconstruída em termos práticos imediatos, de uma forma em que produzam um modo de vida independente da estrutura regulada pelo valor, que já os expulsou e sua precária estrutura subsistente não é mais capaz de sustentar, por muito tempo, formas de inclusão social. Neste “*processo de dissolução da forma social*”, tal como define Menegat, sua manifestação está na “contradição incontornável entre a forma, regida pela lei do valor, crescentemente incapaz de realizar o conteúdo, que é a reprodução da vida social em condições minimamente satisfatórias para um número cada vez maior de seres humanos.” Por

---

<sup>49</sup> Cf. KURZ, R. *Com todo vapor ao colapso*. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz91.htm>> Acesso em: 05 out. 2012. p. 10.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

isso, hoje a barbárie é real e isto significa a possibilidade de que a humanidade não subsista ao desabamento do autômato por ela produzido. Este contexto de crise permanente evidencia o desenvolvimento autocontraditório do capital, que “prepara a possibilidade de sua própria negação, mas *não a realiza*, evoluindo automaticamente para algo diferente”, que o remete ao fim, mas não a uma alternativa histórica. A negação histórica desta formação social só pode ocorrer pela abolição tanto do sistema historicamente dinâmico de dominação abstrata quanto do modo capitalista industrial de produção. Este entendimento de Marx é reafirmado por Moiche Postone, em seu *Repensando a crítica de Marx ao capitalismo*, ao resgatar enquanto possibilidade que “o que foi constituído de forma alienada, seja apropriado e, em consequência disso, fundamentalmente transformado”<sup>50</sup>. Uma alternativa histórica que ofereça “a solução para as contradições dos sistemas reprodutivos contemporâneos”, para Mészáros, “só pode ser verdadeiramente séria se se considerarem as características do sistema comunal definidas por Marx”<sup>51</sup>, que requer a construção da primazia da “autodeterminação e da correspondente organização das próprias *atividades* nas quais os indivíduos se engajam, conforme as suas necessidades como seres humanos ativos”<sup>52</sup>. Isto, no entanto, depende de “uma democratização radical em todos os aspectos”<sup>53</sup>, assim como na experiência histórica da *Comuna de Paris*, em que mulheres e homens iniciaram a reconstrução das relações e práticas constitutivas do espaço público, ao produzirem um novo modo de fazer política.

## Considerações finais

A resistência à barbárie a partir da produção de experiências coletivas de reconstrução da esfera pública da vida social, tendo em vista o aprofundamento da autonomia de práticas sociais em que a humanidade se mostre “capaz de regular as forças produtivas modernas

---

<sup>50</sup> Cf. POSTONE, M. *Repensando a crítica de Marx ao capitalismo*. Disponível em: <[http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/outros/postone\\_01.htm](http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/outros/postone_01.htm)> Acesso em: 18 dez. 2011. p. 19; 21.

<sup>51</sup> Cf. MÉSZÁROS, I. *Op cit.* p. 875.

<sup>52</sup> “A caracterização marxiana da relação de troca comunal pressupõe seu envolvimento não como ‘uma troca de valores de troca, mas de *atividades* determinadas pelas necessidades e pelos propósitos comunais’. [...] Neste tipo de relação de troca, os produtos constituem o momento subordinado, tornando possível alocar, de modo radicalmente diferente, o tempo disponível total da sociedade, em lugar de ser predeterminado e totalmente estrangido pela predominância dos objetivos produtivos materiais [...]” (Cf. MÉSZÁROS, I. *Op cit.* p. 883. Grifos do autor.).

<sup>53</sup> Cf. MÉSZÁROS, I. *Op cit.* p. 883.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

através de determinações sociais e entendimentos conscientes”<sup>54</sup> é uma possibilidade real, dada a incapacidade irremediável do capital em não produzir o que não é rentável e, no contexto da crise estrutural, se trata das condições mínimas de sobrevivência de bilhões de seres humanos. Tais circunstâncias revelam que a reprodução da vida social “vai se tornando informe, numa espécie de transbordamento a procura – se tivermos sorte! – de outra forma”.<sup>55</sup> Esta possibilidade, reafirmamos, é identificada por Menegat na “*atividade [de setores] das massas ante a dissolução desta forma social*”<sup>56</sup> que, na América Latina, se faz presente no novo tipo de luta que se constitui dos aspectos em comum existentes em movimentos como o MST no Brasil, os Piqueteiros na Argentina, os Zapatistas no México. As experiências coletivas produzidas pela massa humana sobrando nos países latino americanos carregam o traço comum de que têm origem em territórios profundamente marcados pelo lugar periférico que ocupam no capitalismo mundial. Como resultado das contradições do processo tardio de desenvolvimento capitalista nestes países, a recuperação das formas coletivas de organização da vida social, que fizeram parte do passado pré-moderno desses povos, pode ser o princípio de um longo caminho em que suas camadas sociais subalternas, tendo vivenciado em primeira instância os efeitos mais nefastos da crise estrutural do capital, construam uma alternativa histórica de resistência à barbárie. É assim que “os fantasmas de todas as revoluções estranguladas ou traídas, ao longo da torturada história latino-americana, emergem nas novas experiências, assim como os tempos presentes, pressentidos e engendrados pelas contradições do passado.” Pode ser que no atual tempo histórico, “*as veias abertas da América Latina*”, assim como escreveu Galeano, seja a circunstância que hoje faz deste um terreno propício ao germinar do novo, “*pelo que foi e contra o que foi*”.<sup>57</sup>

A quebra do *continuum* da história, impulsionado pela necessidade imediata de sobrevivência aos carecimentos materiais, também depende da formação de um tipo de subjetividade autoconsciente, não sem contradições, mas que contenha elementos de uma prática social oposta à subjetividade abstrata, própria das relações sociais fetichistas. Ainda que no campo das práticas sociais sem sujeito, em que os indivíduos atuam como apêndices

---

<sup>54</sup> Cf. KURZ, R. Gênese do absolutismo de mercado. In. KURZ, R. *Os últimos combates*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 269.

<sup>55</sup> Cf. MENEGAT, M., 2012. p. 12.

<sup>56</sup> Cf. MENEGAT, M. *Op cit.* p. 14. Grifos do autor.

<sup>57</sup> Cf. GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. 49. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. p. 24.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

da estrutura social, cabendo-lhe apenas a função que lhe fora posta de personificação das coisas, independente de sua vontade e consciência, por outro lado, nos processos de reificação das pessoas reaparecem o campo das experiências sociais, onde podem surgir experiências coletivas de resistência e contraposição. Neste sentido, as possibilidades de formação social de um tipo de recusa individual e coletiva à reconciliação com esta forma de organização da vida é um dos aspectos que preserva a diferenciação dos homens em relação às coisas e um dos indicativos de que as contradições sociais do sistema não se resolveram pelo fato de que o fetichismo da mercadoria tenha penetrado em todos os poros da vida social. Isto que chamamos de possibilidades constitui-se de um *vir a ser* espontâneo, em que se formam *sujeitos de resistência na história*.

## Referências Bibliográficas

ARENDT, H. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. 49. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

KURZ, R. *Os últimos combates*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

KURZ, R. *Com todo vapor ao colapso*. Disponível em:  
<<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz91.htm>> Acesso em: 05 out. 2012.

MARX, K. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. *A questão judaica*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MENEGAT, M. Sobre essa história que termina antes do fim: Carlos Nelson e o Brasil contemporâneo. 2012. In. BRAZ, M. (org.) *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MENEGAT, M. *Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2003.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 17 – 2015  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

MENEGAT, M. “*Unidos por catástrofes permanentes: o que há de novo nos movimentos sociais da América Latina*” in: Anais... VII SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: SOCIEDADE CIVIL, 2012, Uberlândia, MG. Uberlândia: Núcleo de Pesquisa em História, Cidade e Trabalho – NUHPECIT/PPGHAIS/UFU; Niterói, RJ: Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil – NUPEP/PPGH/UFF, CAPES, 2012.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. 3ª reimpress. São Paulo: Boitempo, 2009.

POSTONE, M. *Repensando a crítica de Marx ao capitalismo*. Disponível em: <[http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/outros/postone\\_01.htm](http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/outros/postone_01.htm) > Acesso em: 18 dez. 2011).

THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses. In. NEGRO, A. L.; SILVA, S. (orgs.) *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 3ª reimpr. São Paulo: UNICAMP, 2010.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.